



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90001/2026 – UASG 200050
(PGEA nº 20.02.0200.0000379/2026-62)**

Torna-se público que a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região realizará **dispensa eletrônica**, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão pública: 11/05/2026

Horário da fase de lances: das 9:00 às 15:00

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA

1.1. O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação direta de seguro** para os bens móveis e imóveis das unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região nos municípios de **Guarulhos e Mogi das Cruzes**, bem como para os bens móveis da unidade de **São Bernardo do Campo**, cada unidade correspondente a um item de contratação, pelo **critério de menor preço por item**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste Aviso, prevalecerão as últimas.

1.3. Previamente à apresentação de proposta comercial, a empresa interessada poderá efetuar vistoria para conhecimento das condições e demais especificidades da execução dos serviços, conforme disposto no item 12 do Termo de Referência, parte integrante deste Aviso de Contratação Direta.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica dar-se-á mediante utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico acima mencionado;

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização;

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou à Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.3.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.3.1. Inclui-se nesta vedação o fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região ou com servidor que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.2.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário);

2.2.5. Sociedades cooperativas.

2.3. Poderão participar somente Sociedades Anônimas, devidamente autorizadas, conforme disposto no art. 24 do Decreto-Lei nº 73/1966.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, sendo que tal impedimento decorre do funcionamento do próprio sistema.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, em caso de microempresa ou empresa de pequeno porte;

3.10.2.1. Neste caso, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

3.10.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.10.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

3.10.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

4.1. A partir do dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado sobre o **PREÇO TOTAL DO ITEM**.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 2,00**.

4.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta original.

4.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que, no **prazo de 30 (trinta) minutos**, seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. O preço máximo aceitável para a presente contratação é de:

5.3.1. **Item 1** – PTM de Guarulhos – **R\$ 2.602,53**;

5.3.2. **Item 2** – PTM de Mogi das Cruzes – **R\$ 947,70**;

5.3.3. **Item 3** – PTM de São Bernardo do Campo – **R\$ 309,30**.

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance, conforme modelo disponibilizado e, se necessário, de documentos complementares, no **prazo de 2 (duas) horas**.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. Contiver vícios insanáveis;

5.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. For inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

5.7.2. A inexequibilidade, na hipótese tratada no subitem anterior, só será considerada após diligência da Administração que comprove:

5.7.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e,

5.7.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove sua exequibilidade.

5.9. As propostas e planilhas poderão ser ajustadas pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do “Anexo I – Da Proposta e Documentos de Habilitação” deste Aviso de Contratação Direta;

6.1.1. A verificação dos documentos tratada neste item será realizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outras bases de dados mantidas pelo Poder Público, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados, exceto os que não constem dos referidos sistemas, os quais deverão ser apresentados pelo fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

6.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.4. Sistema de Inabilitados e Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);

6.2.5. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.2.2 a 6.2.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

6.3.1. Caso conste na consulta ao SICAF a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório;

6.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

6.3.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

6.3.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

6.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada;

6.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar as certidões válidas.

6.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, no **prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual – MEI, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. O contrato administrativo será substituído pela nota de empenho, conforme art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, os dispositivos presentes no art. 92 da mesma lei e as obrigações estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.1. A nota de empenho será enviada ao adjudicatário por expedição eletrônica, sendo considerada recebida, para todos os efeitos contratuais, no primeiro dia útil seguinte ao do seu envio;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

7.1.2. O aceite da nota de empenho emitida implica no reconhecimento de que o documento está substituindo o contrato, aplicando-se ao negócio as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como vinculando a contratada à sua proposta comercial e às previsões contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

7.2. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, e durante toda sua vigência, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso.

8. SANÇÕES

8.1. Com amparo nas disposições constantes no art. 6º, IX, e no art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a proponente e a contratada poderão ser responsabilizadas administrativamente pelas infrações administrativas cometidas no procedimento que preceder a contratação ou na execução do contrato, de acordo com o disposto no item 16 do Termo de Referência, na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e na [IN DG nº 2/2024](#).

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (dispensa fracassada), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (dispensa deserta).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada a respectiva ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Da Proposta e Documentos de Habilitação
Anexo II – Modelo de Proposta Comercial
Anexo III – Modelo de Declaração
Anexo IV – Termo de Referência

São Paulo, *data da assinatura eletrônica*.

assinado eletronicamente
KLEIBER VITORETTI
Seção de Licitações e Compras



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

ANEXO I – DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Proposta comercial elaborada observando-se as disposições e especificações contidas neste Aviso de Contratação Direta, apresentada conforme modelo constante no **Anexo II**;
2. Declaração assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo contido no **Anexo III**;
3. Inscrição, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de procuração, quando for o caso;
4. Documento de identificação de seus administradores e eventuais procuradores;
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
6. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta da RFB e da PGFN), com o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (certidão expedida pelo TST) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (certificado de regularidade do FGTS); sendo que tais certidões poderão ser obtidas através do SICAF;
7. Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos últimos 90 dias ou com vigência dentro daquela estipulada no corpo da própria certidão;
8. Certidão de regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) no seguinte endereço eletrônico: https://www2.susep.gov.br/safe/numercado/certidoes/emite_certidoes_2011.asp.

AVISO IMPORTANTE!

Senhores licitantes, pedimos atenção à Instrução Normativa DG/MPT nº 02/2024, que estabelece a dosimetria das sanções aplicadas tanto no procedimento licitatório, quanto na execução dos contratos, em especial:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena base – **4 meses** de impedimento de licitar e contratar com a União;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena base – **12 meses** de impedimento de licitar e contratar com a União;
- c) Apresentar declaração ou documentação falsa durante a licitação: Pena base – **48 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- d) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- e) Comportar-se de modo inidôneo: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- f) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

NOME DA EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:		CIDADE/UF:		CEP:	
FONE:		E-MAIL:			
NOME PARA CONTATO:					
DADOS PARA PAGAMENTO:	BANCO:				
	AGÊNCIA:		CONTA CORRENTE:		

ITEM 1 – PTM DE GUARULHOS

OBJETO: Contratação de seguro, tipo primeiro risco relativo para a cobertura básica e tipo primeiro risco absoluto para as coberturas acessórias, com franquia, para o edifício da Procuradoria do Trabalho no Município de Guarulhos, localizado na Rua Rafael Balzani nº 161, Vila Moreira, Guarulhos/SP, CEP: 07020-091, com período de vigência das 24 horas do dia 19/05/2026 até às 24 horas do dia 19/05/2027.

Coberturas Básicas	Limites Máximos de Indenização (R\$)	Prêmio Unitário (R\$)	Franquia (Participação)
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, incluindo impacto de aeronaves (100%)	5.889.730,25		
Coberturas Acessórias	Limites Máximos de Indenização (R\$)	Prêmio Unitário (R\$)	Franquia (Participação)
Impacto de veículos aéreos (100%)***	5.889.730,25		
Danos elétricos e curtos-circuitos (5%)	294.486,50		
Impacto de veículos terrestres (1%)	58.897,30		
Quebra de vidros (1%)	58.897,30		
Vendaval e granizo (1%)	58.897,30		
Responsabilidade civil (1%)	58.897,30		
Tumulto (1%)	58.897,30		

*** Preenchimento opcional, somente nos casos em que não esteja contemplada na cobertura básica.

ITEM 1	PREÇO TOTAL DOS PRÊMIOS (R\$)	
--------	-------------------------------	--



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

	PREÇO DA APÓLICE (R\$)	
	IOF (R\$)	ISENTO
	DESCONTO (R\$)	
	PREÇO TOTAL DO ITEM (R\$)	

ITEM 2 – PTM DE MOGI DAS CRUZES

OBJETO: Contratação de seguro, tipo primeiro risco relativo para a cobertura básica e tipo primeiro risco absoluto para as coberturas acessórias, com franquia, para a Procuradoria do Trabalho no Município de Mogi das Cruzes, localizada na Rua Professora Leonor de Oliveira Mello nº 159, Jardim Santista, Mogi das Cruzes/SP, CEP: 08730-140, com período de vigência das 24 horas do dia 19/05/2026 até às 24 horas do dia 19/05/2027.

Coberturas Básicas	Limites Máximos de Indenização (R\$)	Prêmio Unitário (R\$)	Franquia (Participação)
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, incluindo impacto de aeronaves (100%)	2.220.450,03		
Coberturas Acessórias	Limites Máximos de Indenização (R\$)	Prêmio Unitário (R\$)	Franquia (Participação)
Impacto de veículos aéreos (100%)***	2.220.450,03		
Danos elétricos e curtos-circuitos (5%)	111.022,50		
Impacto de veículos terrestres (1%)	22.204,50		
Quebra de vidros (1%)	22.204,50		
Vendaval e granizo (1%)	22.204,50		
Responsabilidade civil (1%)	22.204,50		
Tumulto (1%)	22.204,50		

*** Preenchimento opcional, somente nos casos em que não esteja contemplada na cobertura básica.

ITEM 2	PREÇO TOTAL DOS PRÊMIOS (R\$)	
	PREÇO DA APÓLICE (R\$)	
	IOF (R\$)	ISENTO
	DESCONTO (R\$)	
	PREÇO TOTAL DO ITEM (R\$)	

ITEM 3 – PTM DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

OBJETO: Contratação de seguro, tipo primeiro risco relativo para a cobertura básica e tipo primeiro risco absoluto para as coberturas acessórias, com franquia, para a Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo, instalada no 15º andar do Condomínio Silva Jardim Business Center, localizado na Rua Silva Jardim nº 187, Centro, São Bernardo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

do Campo/SP, CEP: 09715-090, com período de vigência das 24 horas do dia 19/05/2026 até às 24 horas do dia 19/05/2027.

Coberturas Básicas	Limites Máximos de Indenização (R\$)	Prêmio Unitário (R\$)	Franquia (Participação)
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, incluindo impacto de aeronaves (100%)	499.677,84		
Coberturas Acessórias	Limites Máximos de Indenização (R\$)	Prêmio Unitário (R\$)	Franquia (Participação)
Impacto de veículos aéreos (100%)***	499.677,84		
Derrame de água ou outras substâncias líquidas de instalação de chuveiros automáticos (5%)	24.983,90		
Danos elétricos e curtos-circuitos (5%)	24.983,90		
Quebra de vidros (1%)	4.996,80		
Vendaval e granizo (1%)	4.996,80		
Responsabilidade civil (1%)	4.996,80		
Tumulto (1%)	4.996,80		

*** Preenchimento opcional, somente nos casos em que não esteja contemplada na cobertura básica.

ITEM 3	PREÇO TOTAL DOS PRÊMIOS (R\$)	
	PREÇO DA APÓLICE (R\$)	
	IOF (R\$)	ISENTO
	DESCONTO (R\$)	
	PREÇO TOTAL DO ITEM (R\$)	

O preço proposto deverá abranger todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto da contratação, tais como encargos operacionais, trabalhistas, sociais e tributários.

A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Código Civil Brasileiro e pelo Código de Defesa do Consumidor.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, bem como verificamos todas as especificações neles contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que deles façam parte, e estamos cientes de todas as condições que possam,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações.

Local e Data:

Assinatura:

Nome:

RG:

Cargo:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

_____ (responsável legal), portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, em nome da empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____ (endereço completo), QUE:

- Para fins do disposto no art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, não possui sócio, gerente ou diretor que seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros do Ministério Público da União e nem de servidores que sejam ocupantes de cargo de direção ou chefia.
- Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Tem pleno conhecimento e concorda com todas as condições contidas no Termo de Referência e demais documentos do procedimento de contratação, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- Possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local de execução, caso opte por não efetuar a vistoria prévia, quando a avaliação prévia do local for imprescindível para a execução do objeto contratual.
- A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, convenções coletivas de trabalho e outras normas infralegais pertinentes.
- Cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- Tem responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.
- Atesto a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Cargo:

Local e Data:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de seguro para os bens móveis e imóveis das unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região nos Municípios de Guarulhos e Mogi das Cruzes, bem como para os bens móveis da unidade de São Bernardo do Campo, cada um correspondente a um item de contratação, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, pelo critério de menor preço por item.

1.2. O seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverão compreender as seguintes coberturas:

1.2.1. Cobertura básica: contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive aquela decorrente de gás doméstico e impacto de aeronaves;

1.2.2. Coberturas acessórias: para derrame ou vazamento de chuveiros (sprinklers); impacto de veículos aéreos desde que não esteja incluída na cobertura básica; impacto de veículos terrestres; quebra de vidros; danos elétricos e curto-circuito; vendaval e granizo; responsabilidade civil; tumulto.

1.3. O objeto da contratação é classificado como serviço de natureza comum, visto que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, condições gerais a serem seguidas pelas seguradoras, não necessitando de avaliação minuciosa, de modo a selecionar a melhor proposta exclusivamente com amparo no menor preço. A contratação de seguros é regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), entidade autárquica, que é o órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das sociedades seguradoras.

1.4. Não há registro de sinistro para os imóveis objeto deste Termo de Referência.

1.5. Este Termo de Referência contém as seguintes Seções:

Seção I – Especificações e quantitativos

Seção II – Modelo de Declaração de regularidade da Contratada

Seção III – Apólices vigentes das três unidades

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação de seguro predial objetiva proteger o patrimônio público, prevenindo risco e eventuais sinistros que podem causar enorme dispêndio ao erário e garantir que este órgão seja indenizado na eventual ocorrência de sinistros.

2.2. O seguro pretendido tem por objeto a indenização ao Segurado, durante a vigência do contrato, observados os limites estabelecidos nas apólices, dos prejuízos decorrentes de perdas e danos materiais causados, de forma súbita e imprevista, aos bens/interesses garantidos diretamente resultantes de riscos cobertos de acordo com as Condições Gerais, que fazem parte integrante e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP**

inseparável das Apólices.

2.3. As despesas decorrentes dessa contratação estão dentro dos limites legais da mesma natureza (CATSERV. Código 13943 - CORRETAGEM - SEGURO), observando o disposto no §1º, do Art. 3º, da Portaria PGR/MPU 148/2022, alterado pela Portaria PGR/MPU 58/2023.

2.4. Este Termo de Referência utiliza os dados constantes no Documento de Oficialização da Demanda – DOD (Doc n.º 000007.2026), sendo facultada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar em razão do disposto no art. 14, inciso I da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. O objeto desta contratação encontra-se descrito nos Itens 1, 2 e 3 da Seção I do presente Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A PROPONENTE deverá atender as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e cumprir as exigências de habilitação e de apresentação da proposta, conforme item 9.

4.2. Será exigida a “Certidão de Regularidade” emitida pela SUSEP no site https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/certidoes/emite_certidoes_2011.asp.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto contratual se iniciará a partir da data do recebimento das notas de empenho pela contratada, conforme descrito no item 10 deste Termo de Referência.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato será efetuada por servidores da CONTRATANTE designados para essa finalidade, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas da CONTRATANTE, competindo-lhes, dentre outras atividades:

a) fiscalizar a execução contratual e zelar pelo atendimento das especificações exigidas e pelo cumprimento dos direitos e obrigações estabelecidos;

b) comunicar e sanar as deficiências porventura verificadas na execução do objeto contratual;

c) determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados;

d) atestar as notas fiscais/faturas quando comprovada a correta execução dos contratos para fins de pagamento.

6.2. O acompanhamento e a fiscalização consistem na verificação da conformidade do objeto,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP**

de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações avençadas.

6.3. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quanto à integralidade e à correção dos serviços/fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

7. APÓLICE

7.1. Deverá ser emitida uma apólice via digital para cada imóvel segurado, conforme data de vigência especificada na Seção I, visto que o uso racional do papel vem se tornando uma ação prioritária nesta Procuradoria no que se refere à gestão ambiental alinhada ao princípio da sustentabilidade.

7.2. As apólices deverão estar devidamente discriminadas, em nome da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0033-90.

7.3. As apólices deverão ser enviadas exclusivamente por meio do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento das notas de empenho.

7.3.1. Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estabelecido no subitem anterior, a CONTRATADA deverá requerer sua prorrogação por escrito, com as devidas justificativas e indicação do período adicional que se fizer necessário, até 5 (cinco) dias corridos antes da data fixada para o término do prazo ao qual o pedido de prorrogação se referir;

7.3.2. O requerimento de prorrogação de prazo deverá ser entregue pela CONTRATADA ao Setor de Patrimônio da CONTRATANTE, que poderá, de modo justificado, acolher ou não o pedido.

7.4. As apólices deverão conter as seguintes informações:

7.4.1. A identificação e a descrição do imóvel segurado;

7.4.2. Os limites de indenização por cobertura, conforme valores especificados na Seção I;

7.4.3. As franquias aplicáveis;

7.4.4. A vigência, de acordo com o especificado na Seção I;

7.4.5. Os procedimentos para liquidação de sinistros, com especificação dos documentos básicos necessários a serem apresentados para cada tipo de cobertura;

7.4.6. As demais condições contratuais que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

7.5. As apólices serão recebidas:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP**

7.5.1. Provisoriamente, pelo Setor de Patrimônio para posterior verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial;

7.5.2. Definitivamente, pelo Setor de Patrimônio, após efetuada a verificação referida no item anterior, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório.

7.6. Caso alguma cláusula das apólices não corresponda às exigências deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá retificá-la, substituí-la ou endossá-la, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE, interrompendo-se, nesse período, o prazo a que se refere o item 7.5.2.

7.7. O fato de a CONTRATADA deixar de entregar as apólices no prazo estipulado não invalida ou altera as coberturas do seguro contratado, consoante prazo de vigência e demais condições impostas neste Termo de Referência.

8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O objeto da contratação discriminado no instrumento contratual será verificado pela contratante quanto a seus aspectos quantitativos e qualitativos para fins de recebimento, o qual observará o disposto no subitem 7.5 deste Termo de Referência.

8.2. O pagamento será efetuado a favor da CONTRATADA, através de depósito em conta corrente em até 02 (dois) dias úteis contados do recebimento definitivo.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, sem que o atraso decorrente gere direitos a acréscimos de qualquer natureza.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a comprovação da regularidade da CONTRATADA com a Fazenda Nacional, inclusive quanto às contribuições sociais, o FGTS e o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, por meio das respectivas certidões.

8.5. Qualquer atraso ocorrido por parte da CONTRATADA na entrega das apólices ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará na prorrogação automática do prazo para pagamento.

8.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

$I = (TX) I = (6/100) / 365 I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Para a presente contratação será realizado procedimento de dispensa eletrônica, previsto no art. 75, II da Lei nº 14.133/21, e disciplinado na Portaria PGR/MPU nº 148, de 7 de dezembro de 2022, alterada pela Portaria PGR/MPU nº 58, de 14 de abril de 2023, em razão do valor total estimado e a classificação do serviço para a contratação.

9.2. Poderão participar somente Sociedades Anônimas, devidamente autorizadas, conforme disposto no art. 24 do Decreto-Lei n. 73/1966.

9.3. Para fins de habilitação, serão exigidos os seguintes documentos:

9.3.1. Inscrição, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores e procuração, quando for o caso;

9.3.2. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.3. Certidão de regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) no site https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/certidoes/emite_certidoes_2011.asp;

9.3.4. Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos últimos 90 dias ou com vigência dentro daquela estipulada no corpo da própria certidão;

9.3.5. Prova de regularidade com a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (certidão expedida conjuntamente), com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (certificado de regularidade do FGTS) e com o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (certidão de débitos trabalhistas emitida pelo TST);

9.3.6. Prova de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, e junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc;

9.3.7. Declaração apresentada em conformidade com o modelo constante da Seção IV deste Termo de Referência.

9.4. A proponente deverá apresentar proposta comercial acompanhada da declaração de não parentesco, conforme modelos, em campos específicos do sistema de Dispensa de Licitação Eletrônica, observando as especificações do item 20 deste Termo de Referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

9.5. A participação no certame implica na aceitação, por parte da CONTRATADA, de todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

9.6. Identificado o fornecedor que ofereceu o menor valor, será procedido o julgamento das propostas, na forma prevista, conforme requisitos estabelecidos neste instrumento e no instrumento convocatório.

9.7. O critério de julgamento será o de menor preço por item.

9.8. As infrações administrativas cometidas no procedimento de dispensa eletrônica de licitação e na execução do contrato ensejam o sancionamento administrativo, de acordo com as disciplinas do item 16 deste Termo de Referência, na Portaria [PGR/MPU nº 178/2023](#) e na [Instrução Normativa DG nº 02/2024](#).

10. CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e, supletivamente, pelas disposições de normas aplicáveis à contratação de seguros.

10.2. O contrato administrativo será substituído pelas notas de empenho, conforme estabelece inciso I do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

10.3. Efetivada a adjudicação do objeto da contratação no procedimento de dispensa eletrônica, serão emitidas notas de empenho em favor da respectiva proponente adjudicatária.

10.4. As notas de empenho serão enviadas à CONTRATADA por expedição eletrônica, sendo consideradas recebidas, para todos os efeitos contratuais, no primeiro dia útil seguinte ao do seu envio.

10.5. A contratação ficará vinculada às notas de empenho, a este Termo de Referência, ao aviso de dispensa eletrônica que preceder a contratação e à proposta comercial apresentada pela proponente vencedora, independentemente de transcrição.

10.6. O contrato poderá ser extinto, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/21.

11. VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. O valor máximo aceitável para cada item da contratação foi definido de acordo com o resultado de pesquisa de mercado realizada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Valores máximos aceitáveis para a presente contratação:

a) Item 1 – PTM de Guarulhos.....R\$ 2.602,53;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP**

b) Item 2 – PTM de Mogi das Cruzes.....R\$ 947,70;

c) Item 3 – PTM de São Bernardo do Campo.....R\$ 309,30.

11.3. As despesas decorrentes da contratação dos serviços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, no elemento despesa 3390-3969 – Seguros em Geral.

12. VISTORIA TÉCNICA OPCIONAL

12.1. É facultada a vistoria aos interessados em oferecer proposta.

12.2. A vistoria deverá ser agendada com o Setor de Patrimônio no endereço eletrônico prt02.patrimonio@mpt.mp.br com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não ser permitido o acesso ao local.

12.3. Tanto o agendamento quanto a vistoria deverão ser realizados em dia e horário de expediente, de segunda a sexta, das 10h00 às 16h00.

12.4. A VISTORIA TÉCNICA OPCIONAL poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da proponente acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, consoante art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

13. DEFINIÇÕES DOS RISCOS A SEREM COBERTOS PELO SEGURO

13.1. INCÊNDIO, QUEDA DE RAIOS E EXPLOSÕES DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE EXPLOÇÃO DE GÁS DE USO DOMÉSTICO E IMPACTO DE AERONAVES

13.1.1. Riscos a serem cobertos:

a) Incêndio;

b) Queda de raio, mesmo quando não seguida de incêndio (esta cobertura garante a indenização por perdas e danos a bens da CONTRATANTE atingidos diretamente por descargas atmosféricas, amparando também os danos a instalações elétricas e equipamentos eletrônicos afetados por sobretensões decorrentes de queda de raio, onde quer que esta tenha ocorrido, desde que, a partir da constatação dos danos específicos no equipamento e/ou nas proteções instaladas, fique caracterizado o efetivo nexo causal entre a queda do raio e o dano);

c) Explosão de qualquer natureza, inclusive explosão de gás de uso doméstico ou impacto de aeronaves, onde quer que tenha ocorrido.

13.1.2. Prejuízos indenizáveis:

a) Danos materiais decorrentes dos riscos cobertos causados exclusivamente ao estabelecimento segurado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP**

13.2. DERRAME DE ÁGUA OU OUTRA SUBSTÂNCIA LÍQUIDA DE INSTALAÇÃO DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (SPRINKLERS)

13.2.1. Riscos a serem cobertos:

a) Perdas e danos materiais aos bens da CONTRATANTE, diretamente causados por infiltração ou derrame de água ou outra substância líquida contida nas instalações de chuveiros automáticos, ou seja, sprinklers, as quais abrangem cabeças de chuveiros automáticos, encanamentos, válvulas, acessórios, tanques, bombas dos chuveiros e toda a canalização da instalação particular de proteção contra incêndio, que fazem parte das instalações dos chuveiros automáticos (sprinklers).

13.2.2. Prejuízos indenizáveis:

a) Danos materiais decorrentes dos riscos cobertos causados exclusivamente ao estabelecimento segurado.

13.3. IMPACTO DE VEÍCULOS TERRESTRES E AÉREOS

13.3.1. Riscos a serem cobertos:

a) Danos causados ao estabelecimento segurado da CONTRATANTE por colisão involuntária ou voluntária de veículos terrestres e aéreos, quer disponham ou não de tração própria.

13.3.2. Prejuízos indenizáveis:

a) Danos materiais decorrentes dos riscos cobertos causados exclusivamente ao estabelecimento segurado.

13.4. QUEBRA DE VIDROS

13.4.1. Riscos a serem cobertos - incluindo-se reparos ou reposição dos encaixes dos vidros, quando atingidos pelo sinistro, ou remoção, reposição ou substituição de obstruções, e, ainda, instalação provisória de vidros ou vidraças nas aberturas que contenham os vidros danificados:

a) Perdas e danos materiais sofridos pelos bens da CONTRATANTE, descritos em apólice, consequentes de:

a.1) Quebra de vidros causada por imprudência ou culpa de terceiros, por ato involuntário dos empregados e prepostos da CONTRATANTE;

a.2) Quebra de vidros resultante de calor ou de chuva de granizo.

13.4.2. Prejuízos indenizáveis:

a) Danos materiais decorrentes dos riscos cobertos causados exclusivamente ao estabelecimento segurado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP**

13.5. DANOS ELÉTRICOS E CURTOS-CIRCUITOS

13.5.1. Riscos a serem cobertos:

a) Perdas e danos materiais aos bens da CONTRATANTE, diretamente causados por danos elétricos ou curtos-circuitos.

13.5.2. Prejuízos indenizáveis:

a) Danos materiais decorrentes dos riscos cobertos causados exclusivamente ao estabelecimento segurado.

13.6. VENDAVAL E GRANIZO

13.6.1. Riscos a serem cobertos:

a) Perdas e danos materiais aos bens da CONTRATANTE, diretamente causados por vendaval ou chuva de granizo.

13.6.2. Prejuízos indenizáveis:

a) Danos materiais decorrentes dos riscos cobertos causados exclusivamente ao estabelecimento segurado.

13.7. RESPONSABILIDADE CIVIL

13.7.1. Riscos a serem cobertos:

a) Perdas e danos causados a terceiros, por culpa involuntária do segurado ou de pessoas pelas quais deva responder civilmente.

13.7.2. Prejuízos indenizáveis:

a) Danos materiais: danos físicos a propriedades tangíveis de terceiros, em virtude de risco coberto pela apólice.

13.8. TUMULTO

13.8.1. Riscos a serem cobertos:

a) Perdas e danos materiais causados aos bens da CONTRATANTE, diretamente causados por atos depredatórios, ocorridos durante tumulto e/ou greve.

Entende-se por tumulto a aglomeração de pessoas que perturbem a ordem pública, para cuja repressão não se faça necessária intervenção das Forças Armadas e por greve o ajuntamento de mais de três pessoas, da mesma categoria ocupacional, que se recusem a trabalhar ou a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP**

comparecer onde os chama o dever.

13.8.2. Prejuízos indenizáveis:

a) Danos materiais decorrentes dos riscos cobertos causados exclusivamente ao estabelecimento segurado.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

14.1. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada.

14.2. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento das exigências relativas ao objeto da contratação.

14.3. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência, após o cumprimento das exigências contratuais e das formalidades legais.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

15.1. Entregar as apólices de seguro dentro do prazo estipulado, conforme item 7.3.

15.2. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.

15.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender.

15.4. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O cometimento de infrações administrativas no procedimento de dispensa eletrônica de licitação e na execução do contrato ensejam o sancionamento administrativo, de acordo com as disciplinas estabelecidas nos itens abaixo, na Portaria [PGR/MPU nº 178/2023](#) e na [Instrução Normativa DG nº 02/2024](#).

16.2. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, com amparo no art. 155 da Lei Nº 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP**

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.3. A critério da CONTRATANTE, com amparo nas disposições do art. 156 da Lei Nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as sanções abaixo:

a) advertência formal, somente na hipótese do subitem I do item 16.2 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa de mora, de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso na entrega da apólice, até o máximo de 5% (cinco por cento);

c) multa sancionatória de até 15% (quinze por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, aplicável sobre o valor total do contrato;

d) multa sancionatória de até 30% (trinta por cento) no caso de inexecução total do contrato, aplicável sobre o valor total do contrato;

e) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, por período até de 3 (três) anos, definido pela CONTRATANTE, conforme a natureza e a gravidade do inadimplemento contratual, na ocorrência das infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, V, VI e VII do item 16.2 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, impedindo a contratada de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, na ocorrência das infrações administrativas previstas nos subitens VIII, IX, X, XI e XII do item 16.2 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, V, VI e VII do item 16.2 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção especificada na alínea “e” acima.

16.3.1. A base de cálculo para as multas especificadas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 16.3 consiste no valor total da nota de empenho, atualizado desde a data da sua emissão até o mês da ocorrência do fato que ensejar o sancionamento;

16.3.2. A aplicação das multas previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 16.3 não elide a obrigação da CONTRATADA de proceder à atualização monetária da indenização devida segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sem prejuízo dos juros moratórios em caso de mora no pagamento do sinistro, nos termos do art. 772 do Código Civil;

16.3.3. Os valores utilizados na base de cálculo das multas de mora e sancionatórias serão atualizados pelo índice IGP-DI (FGV), ou por aquele que vier a substituí-lo;

16.3.3.1. Será considerado o valor sem atualização na eventualidade de variação negativa do índice indicado no subitem anterior.

16.3.4. A sanção administrativa especificada na alínea “f” do subitem 16.3 observará as regras estabelecidas no § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4.1. As multas sancionatórias serão graduadas conforme critérios previstos na Portaria [PGR/MPU nº 178/2023](#) e na [Instrução Normativa DG nº 02/2024](#);

16.4.2. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima especificadas.

16.5. A licitante ou a contratada sancionada com multa deverá efetuar pagamento no prazo de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à data do envio pela CONTRATANTE, da respectiva GRU – Guia de Recolhimento da União, por expedição eletrônica de documentos, conforme item 18 deste Termo de Referência.

16.5.1. Caso o infrator sancionado não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será descontado dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região;

16.5.2. Na impossibilidade de ser efetuado o desconto na forma prevista no subitem anterior, a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região providenciará a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN – e encaminhará cópia do respectivo processo à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

16.6. Na eventualidade de aplicação de qualquer sanção, à CONTRATADA são asseguradas a apresentação de defesa prévia e a interposição de recurso administrativo, consoante disposições do art. 157 e do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, da Portaria [PGR/MPU nº 178/2023](#) e da [Instrução Normativa DG nº 02/2024](#).

17. PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

17.1. Todo e qualquer documento relativo ao objeto deste Termo de Referência emitido pela CONTRATADA durante a vigência da contratação (apólice, nota fiscal, fatura, declaração, requerimento, etc...) deverá ser apresentado por meio do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO, disponível no item SERVICOS do menu no portal da CONTRATANTE <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>).

17.2. Para utilização do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO, após o recebimento das notas de empenho, a CONTRATADA deverá efetuar seu pré-cadastro e tomar as demais providências indicadas nas orientações disponíveis no portal referido no subitem anterior.

17.3. Por ocasião do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO de cada documento, a CONTRATADA deverá indicar o número do Processo de Gestão Administrativa (PGEA) relativo à sua contratação, informado pela CONTRATANTE, além de cumprir todas as exigências deste Termo de Referência quanto a prazo e forma.

18. EXPEDIÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

18.1. O envio de comunicações da CONTRATANTE à CONTRATADA será efetuado por meio de expedição eletrônica no Processo de Gestão Administrativa (PGEA) autuado para acompanhamento do contrato relativo à execução do objeto deste Termo de Referência.

19. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. A empresa contratada declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP**

Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Administração.

19.2. É vedado à empresa contratada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

19.3. A empresa contratada se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

19.4. A empresa contratada responderá administrativa e judicialmente caso causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

19.5. Em atendimento ao disposto na LGPD, a Administração, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da empresa contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

19.6. A empresa contratada fica obrigada a comunicar à Administração em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

19.7. A empresa contratada, quando do encerramento do contrato, exceto se abrigados pelo disposto nos incisos do art. 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. A Administração deverá ser formal e justificadamente comunicada da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

20. PROPOSTA COMERCIAL

20.1. Poderá oferecer proposta comercial qualquer pessoa jurídica que explore ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência e que atenda às suas exigências.

20.2. A proponente poderá apresentar proposta para um ou mais itens de seu interesse.

20.3. Na proposta, a proponente deverá atender às seguintes exigências:

20.3.1. A empresa deverá consignar o valor total ofertado para o item em moeda nacional;

20.3.2. O valor correspondente à franquia não deverá integrar a composição de custos do valor total da proposta;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP**

20.3.3. Na composição do valor total não deverá ser computado valor de IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro), que não incide no prêmio de seguro contratado por órgão da Administração Direta da União, conforme disposições do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 6.306/2007;

20.3.4. Deverá ser emitida uma apólice, cujo custo não deverá exceder o valor máximo de R\$100,00 (cem reais). A critério da empresa, a cobrança pelo custo da apólice poderá ser dispensada;

20.3.5. O valor total ofertado deverá ser calculado considerando-se todas as disposições e especificações contidas neste Termo de Referência.

20.4. Os valores propostos serão fixos e irrevogáveis.

20.5. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos contados da sua apresentação.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Este Termo de Referência, a proposta comercial da empresa vencedora e os documentos por ela apresentados integrarão o contrato independentemente de transcrição.

21.2. É expressamente proibida a veiculação de notícia ou publicidade acerca do contrato pela CONTRATADA, salvo autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE.

21.3. As questões judiciais oriundas da presente contratação serão dirimidas pela Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

SEÇÃO I

ITEM 1 – PTM DE GUARULHOS

Contratação de seguro para os bens móveis e imóveis, tipo primeiro risco relativo para a cobertura básica e tipo primeiro risco absoluto para as coberturas acessórias, com franquia, para o edifício da Procuradoria do Trabalho no Município de Guarulhos, localizado na Rua Rafael Balzani nº 161, Vila Moreira, Guarulhos/SP, CEP: 07020-091.

1.1. VIGÊNCIA DO SEGURO

1.1.1 O período de vigência do seguro será de 24 horas do dia 19/05/2026 até as 24 horas do dia 19/05/2027.

1.1.2. Na hipótese do procedimento de contratação ser concluído posteriormente à data de início de vigência indicada no subitem anterior, o período de vigência de 12 (doze) meses será contado a partir da data de recebimento da nota de empenho pela contratada.

1.2. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

1.2.1. O imóvel a ser segurado tem as características contidas no quadro abaixo:

Características do imóvel – PTM Guarulhos	
Tipo do imóvel	Edifício comercial onde são exercidas atividades típicas de escritório com atendimento à população em geral.
Situação do imóvel	Ocupado.
Informações complementares do imóvel	<ul style="list-style-type: none">• Imóvel próprio;• Imóvel não é tombado pelo Patrimônio Histórico;• Não existem construções em isopainel no local;• Não existem obras no local;• Não existem bens em desuso ou inservíveis no local.
Metragem	Área construída de 666,20 m², compreendendo quatro pavimentos (térreo mais três andares) e um subsolo (destinado a garagem).
Valor do imóvel	R\$ 5.316.138,92 (cinco milhões, trezentos e dezesseis mil, cento e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).
Valor dos bens móveis	R\$ 573.591,33 (quinhentos e setenta e três mil, quinhentos e noventa e um reais e trinta e três centavos).
Sistemas existentes	Segurança patrimonial (matutino e diurno), extintores, rede de CFTV (sem monitoramento remoto) e sinalização e iluminação de emergência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

1.3. RESUMO DAS COBERTURAS E LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO

1.3.1. As coberturas e os limites máximos de indenização serão os estabelecidos no quadro abaixo:

Coberturas Básicas	Limites Máximos de Indenização (R\$)
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, incluindo impacto de aeronaves (100%)	5.889.730,25
Coberturas Acessórias	Limites Máximos de Indenização (R\$)
** Impacto de veículos aéreos (100%)	5.889.730,25
Danos elétricos e curto-circuito (5%)	294.486,50
Impacto de veículos terrestres (1%)	58.897,30
Quebra de vidros (1%)	58.897,30
Vendaval e granizo (1%)	58.897,30
Responsabilidade civil (1%)	58.897,30
Tumulto (1%)	58.897,30

**** (Preenchimento opcional - somente nos casos em que não esteja contemplada na cobertura básica)**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

ITEM 2 – PTM DE MOGI DAS CRUZES

Contratação de seguro para os bens móveis e imóveis, tipo primeiro risco relativo para a cobertura básica e tipo primeiro risco absoluto para as coberturas acessórias, com franquia, para a Procuradoria do Trabalho no Município de Mogi das Cruzes, localizada na Rua Professora Leonor de Oliveira Mello nº 159, Jardim Santista, Mogi das Cruzes/SP, CEP: 08730-140.

2.1. VIGÊNCIA DO SEGURO

2.1.1. O período de vigência do seguro será de 24 horas do dia 19/05/2026 até as 24 horas do dia 19/05/2027.

2.1.2. Na hipótese do procedimento de contratação ser concluído posteriormente à data de início de vigência indicada no subitem anterior, o período de vigência de 12 (doze) meses será contado a partir da data de recebimento da nota de empenho pela contratada.

2.2. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

2.2.1. O imóvel a ser segurado tem as características contidas no quadro abaixo:

Características do imóvel – PTM de Mogi das Cruzes	
Tipo do imóvel	Edifício comercial onde são exercidas atividades típicas de escritório com atendimento à população em geral.
Situação	Ocupado.
Informações complementares do imóvel	<ul style="list-style-type: none">• Imóvel próprio;• Imóvel não é tombado pelo Patrimônio Histórico;• Não existem construções em isopainel no local;• Não existem obras no local;• Não existem bens em desuso ou inservíveis no local.
Metragem	Área construída de 344,51 m², compreendendo dois pavimentos.
Valor do imóvel	R\$ 1.679.087,43 (um milhão, seiscentos e setenta e nove mil, oitenta e sete reais e quarenta e três centavos).
Valor dos bens móveis	R\$ 541.362,60 (quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos).
Sistemas protecionais existentes	Extintores, sinalização e iluminação de emergência, segurança patrimonial (matutino e diurno) e CFTV (sem monitoramento remoto).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

2.3. RESUMO DAS COBERTURAS E LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO

2.3.1. As coberturas e os limites máximos de indenização serão os estabelecidos no quadro abaixo:

Coberturas Básicas	Limites Máximos de Indenização (R\$)
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, incluindo impacto de aeronaves (100%)	2.220.450,03
Coberturas Acessórias	Limites Máximos de Indenização (R\$)
** Impacto de veículos aéreos (100%)	2.220.450,03
Danos elétricos e curto-circuito (5%)	111.022,50
Impacto de veículos terrestres (1%)	22.204,50
Quebra de vidros (1%)	22.204,50
Vendaval e granizo (1%)	22.204,50
Responsabilidade civil (1%)	22.204,50
Tumulto (1%)	22.204,50

**** (Preenchimento opcional - somente nos casos em que não esteja contemplada na cobertura básica)**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

ITEM 3 – PTM DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Contratação de seguro para os bens móveis, tipo primeiro risco relativo para a cobertura básica e tipo primeiro risco absoluto para as coberturas acessórias, com franquia, para a Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo, instalada no 15º andar do Condomínio Silva Jardim Business Center, localizada na Rua Silva Jardim nº 187, Centro, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09715-090.

3.1. VIGÊNCIA DO SEGURO

3.1.1 O período de vigência do seguro será de 24 horas do dia 24 horas do dia 19/05/2026 até as 24 horas do dia 19/05/2027.

3.1.2. Na hipótese do procedimento de contratação ser concluído posteriormente à data de início de vigência indicada no subitem anterior, o período de vigência de 12 (doze) meses será contado a partir da data de recebimento da nota de empenho pela contratada.

3.2. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

3.2.1. O imóvel em que se encontram os bens a serem segurados apresenta as características contidas no quadro abaixo:

Características do imóvel – PTM de São Bernardo do Campo	
Tipo do imóvel	Edifício comercial onde são exercidas atividades típicas de escritório com atendimento à população em geral.
Situação	Ocupado.
Informações complementares do imóvel	<ul style="list-style-type: none">● Imóvel próprio;● Imóvel não é tombado pelo Patrimônio Histórico;● Não existem construções em isopainel no local;● Não existem obras no local;● Não existem bens em desuso ou inservíveis no local.
Metragem	Área construída de 481,55 m², compreendendo seis salas no 15º andar e oito vagas de garagem no 4º subsolo.
** Valor dos bens móveis	R\$ 499.677,84 (quatrocentos e noventa e nove mil, seiscentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).
Sistemas protecionais existentes	Instalações de prevenção e combate a incêndio que englobam: nas áreas privativas, rede de sprinklers, rede de hidrantes, extintores, sistema de detecção e alarme de incêndio e iluminação e sinalização de emergência, nas áreas comuns saídas de emergência, portas corta-fogo. Sistema de segurança que compreende, nas áreas privativas, controle de acesso com fechaduras biométricas e vigilância, nas áreas comuns vigilância 24h, câmeras na recepção, áreas externas e elevadores, recepção com controle de acesso, guarita com vigilante, garagem com sistema de valet, compartimentação horizontal e vertical (da edificação) e edifício corporativo.

**** (Para essa unidade será contratado seguro somente para os bens móveis)**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

3.3. RESUMO DAS COBERTURAS E LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO

3.3.1. As coberturas e os limites máximos de indenização serão os estabelecidos no quadro abaixo:

Coberturas Básicas	Limites Máximos de Indenização (R\$)
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, incluindo impacto de aeronaves (100%)	499.677,84
Coberturas Acessórias	Limites Máximos de Indenização (R\$)
** Impacto de veículos aéreos (100%)	499.677,84
Danos elétricos e curto-circuito (5%)	24.983,90
Derrame de água ou outras substâncias líquidas de instalação de chuveiros automáticos (5%)	24.983,90
Quebra de vidros (1%)	4.996,80
Vendaval e granizo (1%)	4.996,80
Responsabilidade civil (1%)	4.996,80
Tumulto (1%)	4.996,80

**** (Preenchimento opcional - somente nos casos em que não esteja contemplada na cobertura básica)**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

SEÇÃO II

DECLARAÇÃO

_____(responsável legal), portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____,
DECLARA sob as penas da lei, em nome da empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____,
estabelecida na _____ (endereço completo), QUE:

- Para fins do disposto no art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, não possui sócio, gerente ou diretor que seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros do Ministério Público da União e nem de servidores que sejam ocupantes de cargo de direção ou chefia.
- Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Tem pleno conhecimento e concorda com todas as condições contidas no Termo de Referência e demais documentos do procedimento de contratação, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- Possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local segurado, caso opte por não efetuar a vistoria prévia.
- A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, convenções coletivas de trabalho e outras normas infralegais pertinentes.
- Cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- Tem responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

Cargo:

Local e Data:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

SEÇÃO III



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0509/2025.

Nº Apólice: 1001800003904

Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo

Renova Apólice nº:

Quantidade de (locais) itens segurados: 1

Página 1 de 6

VIGÊNCIA DO SEGURO: das 24 horas de 19 de Maio de 2025 às 24 horas de 19 de Maio de 2026

DADOS DO SEGURADO

Nome ou Razão Social: Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região

CPF/CNPJ: 26.989.715/0033-90

Endereço: Rua Afonso de Freitas

Nº: 242

COMPLEMENTO:

Bairro: Paraíso Cidade: São Paulo

UF: SP

CEP: 04006-051

Tel: ()

Cel.: ()

E-mail:

DADOS PARA CORRESPONDÊNCIA

Endereço: Rua Afonso de Freitas

Nº: 242

COMPLEMENTO:

Bairro: Paraíso Cidade: São Paulo

UF: SP

CEP: 04006-051



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0509/2025.

Nº Apólice: 1001800003904

Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo

Renova Apólice nº:

Quantidade de (locais) itens segurados: 1

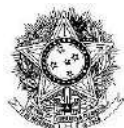
Página 2 de 6

DEMONSTRATIVO DE PRÊMIO

	(R\$)
Prêmio líquido	2.499,00
Adicional de fracionamento (juros)	0,00
Custo de apólice	0,00
IOF	0,00
Prêmio Total	2.499,00

Parcelamento (R\$)

Nº da parcela	Prêmio Líquido	Adicional de Juros	IOF	Valor da parcela	Vencimento	Meio pagamento
01	2.499,00	0,00		2.499,00	09/06/2025	Ficha de compensação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0509/2025.

Nº Apólice: 1001800003904

Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo

Renova Apólice nº:

Quantidade de (locais) itens segurados: 1

Página 3 de 6

LOCAIS DE RISCO / VALORES EM RISCO / OCUPAÇÃO:

Local	Endereço	Ocupação
1	Rua Rafael Balzani, 161 – Vila Moreira, Guarulhos/SP – CEP: 07020-091	ESCRITÓRIOS COM ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM GERAL

Local	Valores em Risco Danos Materiais (R\$)			Valor em Risco Total (R\$)	
	Prédio	Máquinas, Móveis e Utensílios (MMU)	Mercadoria e Matéria-Prima (MMP)	Danos Materiais	Lucros Cessantes
1	5.106.868,01	575.842,65		5.682.710,66	0,00
Valor em Risco Total (Danos Materiais + Lucros Cessantes)				5.682.710,66	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0509/2025.

Nº Apólice: 1001800003904

Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo

Renova Apólice nº:

Quantidade de (locais) itens segurados: 1

Página 4 de 6

COBERTURAS / LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO / PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO (POS) / PRÊMIO LÍQUIDO (LOCAL 01)

Cobertura	Limite Máximo de Indenização (R\$)	Participação Obrigatória do Segurado – P.O.S.	Prêmio Líquido (R\$)
Básica 01 - Incêndio (Inclusive decorrente de tumulto), queda de raio, explosão e implosão de qualquer natureza e queda de aeronaves	5.682,710,66	POS de 10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00	2,310,02
02. Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça	56.827,11	POS de 10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00	21,00
05. Danos Elétricos	284.135,53	POS de 10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00	104,98
11. Quebra de Vidros	56.827,11	POS de 10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 400,00	21,00
24. Tumultos, Greves e Look-Out	56.827,11	Não há	21,00
41. Responsabilidade Civil Operações	56.827,11	POS de 10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00	21,00

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA DESTA APÓLICE (LMG): R\$ 5.739.537,77



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0509/2025.

Nº Apólice: 1001800003904

Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo

Renova Apólice nº:

Quantidade de (locais) itens segurados: 1

Página 5 de 6

1) CONDIÇÕES E CLÁUSULAS DESTE SEGURO

Serão aplicadas a esta apólice exclusivamente as cláusulas abaixo citadas:

Condições Gerais do Seguro Empresarial – Riscos Especiais – Essor Seguros:

Condições Especiais

Cobertura Básica – 1 – Incêndio, Queda de raio, Explosão e Implosão de qualquer natureza e queda de aeronaves;

Coberturas Adicionais

02. Vendaval, Furacão, Ciclone, Tomado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça

05. Danos Elétricos

11. Quebra de Vidros

24. Tumultos, Greves e Look-Out

41. Responsabilidade Civil Operações

Cláusulas Específicas

3 - Cláusula Específica de Inspeção de Caldeiras (Quando existentes nos locais de risco)

Cláusulas Particulares

Cláusula Particular nº 01 - Exclusão de Doenças Transmissíveis

Cláusula Particular nº 02 – Balança Rodoviária

Fica entendido e acordado que na existência de Balança(s) Rodoviária(s) no(s) local(is) segurado(s), esta(s) encontra(m)-se excluída(s) do presente seguro.

Cláusula Particular nº 03 – Exclusão de Placas Solares ou Fotovoltaicas sobre o solo

Fica entendido e acordado que as placas solares ou fotovoltaicas instaladas diretamente sobre o terreno (ao nível do solo) no(s) local(is) de risco(s) declarados são bens excluídos das condições Gerais e Especiais desta apólice.

Cláusula Particular nº 04 – ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

A seguradora se reserva o direito de cancelar a apólice de acordo com a tabela de prazo curto constante das suas condições gerais, se findo o tempo para atendimento às recomendações, estas não forem realizadas, ainda que parcialmente.

Cláusula Particular nº 05 - Apólice emitida de acordo com Dispensa Eletrônica nº 90005/2025 – Nota de Empenho 140.

As cláusulas e/ou coberturas constantes das Condições completas do seguro aqui não citadas, estão expressamente excluídas da presente apólice.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0509/2025,

Nº Apólice: 1001800003904

Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo

Renova Apólice nº:

Quantidade de (locais) itens segurados: 1

Página 6 de 6

As condições Gerais, Especiais, Particulares e Cláusulas Específicas completas deste seguro se encontram à disposição do segurado através do site www.essor.com.br.

Este seguro está aprovado na SUSEP sob os seguintes números de processo:

- Processo SUSEP nº 15414.900588/2018-46 (Compreensivo Empresarial);
- Processo SUSEP nº 15414.900.659/2018-19 (Responsabilidade Civil);
- Processo SUSEP nº 15414.900763/2018-03 (Lucros Cessantes).

Leia atentamente as Condições Gerais, Especiais e Particulares do seguro, especialmente as exclusões.

Confira os dados constantes nesta apólice e em caso de divergências, procure imediatamente seu Corretor de Seguros. Quaisquer modificações à presente apólice deverão ser feitas através do seu Corretor, de forma expressa e só serão válidas após anuência da Seguradora.

As condições contratuais/regulamentos desse produto protocolizados pela Seguradora junto à SUSEP poderão ser consultados no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice.

O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização.

Este seguro é por prazo determinado, tendo a seguradora a faculdade de não renová-lo na data de vencimento, sem devolução dos prêmios pagos nos termos da apólice.

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Atendimento gratuito SUSEP 0800 021 8484.

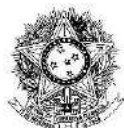
Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/PASEP e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.

Filipe Bonetti Alves
Diretor – Presidente
Essor Seguros S.A.

Parceria para Seguros Patrimoniais -
Riscos Especiais


Local: Rio de Janeiro

Data: 26 de maio de 2025



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0510/2025.

Nº Apólice: 1001800003907 Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo.

Renova Apólice nº:

Quantidade de (locais) itens segurados: 1

Página 1 de 6

VIGÊNCIA DO SEGURO: das 24 horas de 19 de Maio de 2025 às 24 horas de 19 de Maio de 2026

DADOS DO SEGURADO

Nome ou Razão Social: Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região

CPF/CNPJ: 26.989.715/0033-90

Endereço: Rua Afonso de Freitas

Nº: 242

COMPLEMENTO:

Bairro: Paraíso

Cidade: São Paulo

UF: SP

CEP: 04006-051

Tel: ()

Cel.: ()

E-mail:

DADOS PARA CORRESPONDÊNCIA

Endereço: Rua Afonso de Freitas

Nº: 242

COMPLEMENTO:

Bairro: Paraíso

Cidade: São Paulo

UF: SP

CEP: 04006-051



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0510/2025.

Nº Apólice: 1001800003907 Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo

Renova Apólice nº:

Quantidade de (locais) itens segurados: 1

Página 2 de 6

DEMONSTRATIVO DE PRÊMIO

	(R\$)
Prêmio líquido	910,00
Adicional de fracionamento (juros)	0,00
Custo de apólice	0,00
IOF	0,00
Prêmio Total	910,00

Parcelamento (R\$)

Nº da parcela	Prêmio Líquido	Adicional de Juros	IOF	Valor da parcela	Vencimento	Meio pagamento
01	910,00	0,00		910,00	09/06/2025	Ficha de compensação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0510/2025,

Nº Apólice: 1001800003907 Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo

Renova Apólice nº:

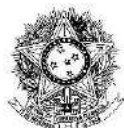
Quantidade de (locais) itens segurados: 1

Página 3 de 6

LOCAIS DE RISCO / VALORES EM RISCO / OCUPAÇÃO:

Local	Endereço	Ocupação
1	Rua Professora Leonor de Oliveira Mello, 159 – Jardim Santista, Mogi das Cruzes/SP – CEP: 08730-140	ESCRITÓRIOS COM ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM GERAL

Local	Valores em Risco Danos Materiais (R\$)			Valor em Risco Total (R\$)	
	Prédio	Máquinas, Móveis e Utensílios (MMU)	Mercadoria e Matéria-Prima (MMP)	Danos Materiais	Lucros Cessantes
1	1.612.989,81	569.721,93		2.182.711,74	0,00
Valor em Risco Total (Danos Materiais + Lucros Cessantes)				2.182.711,74	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0510/2025.

Nº Apólice: 1001800003907 Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo.

Renova Apólice nº:

Quantidade de (loais) itens segurados: 1

Página 4 de 6

COBERTURAS / LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO / PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO (POS) / PRÊMIO LÍQUIDO (LOCAL 01)

Cobertura	Limite Máximo de Indenização (R\$)	Participação Obrigatória do Segurado – P.O.S.	Prêmio Líquido (R\$)
Básica 01 - Incêndio (Inclusive decorrente de tumulto), queda de raio, explosão e implosão de qualquer natureza e queda de aeronaves	2.182.711,74	POS de 10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00	841,15
02. Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça	21.827,12	POS de 10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00	7,65
05. Danos Elétricos	109.135,59	POS de 10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00	38,25
11. Quebra de Vidros	21.827,12	POS de 10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 400,00	7,65
24. Tumultos, Greves e Look-Out	21.827,12	Não há	7,65
41. Responsabilidade Civil Operações	21.827,12	POS de 10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00	7,65

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA DESTA APÓLICE (LMG): R\$ 2.204.538,86



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0510/2025.

Nº Apólice: 1001800003907 Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo

Renova Apólice nº:

Quantidade de (locais) itens segurados: 1

Página 5 de 6

1) CONDIÇÕES E CLÁUSULAS DESTE SEGURO

Serão aplicadas a esta apólice exclusivamente as cláusulas abaixo citadas:

Condições Gerais do Seguro Empresarial – Riscos Especiais – Essor Seguros:

Condições Especiais

Cobertura Básica – 1 – Incêndio, Queda de raio, Explosão e Implosão de qualquer natureza e queda de aeronaves;

Coberturas Adicionais

02. Vendaval, Furacão, Ciclone, Tomado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça

05. Danos Elétricos

11. Quebra de Vidros

24. Tumultos, Greves e Look-Out

41. Responsabilidade Civil Operações

Cláusulas Específicas

3 - Cláusula Específica de Inspeção de Caldeiras (Quando existentes nos locais de risco)

Cláusulas Particulares

Cláusula Particular nº 01 - Exclusão de Doenças Transmissíveis

Cláusula Particular nº 02 – Balança Rodoviária

Fica entendido e acordado que na existência de Balança(s) Rodoviária(s) no(s) local(is) segurado(s), esta(s) encontra(m)-se excluída(s) do presente seguro.

Cláusula Particular nº 03 – Exclusão de Placas Solares ou Fotovoltaicas sobre o solo

Fica entendido e acordado que as placas solares ou fotovoltaicas instaladas diretamente sobre o terreno (ao nível do solo) no(s) local(is) de risco(s) declarados são bens excluídos das condições Gerais e Especiais desta apólice.

Cláusula Particular nº 04 – ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

A seguradora se reserva o direito de cancelar a apólice de acordo com a tabela de prazo curto constante das suas condições gerais, se findo o tempo para atendimento às recomendações, estas não forem realizadas, ainda que parcialmente.

Cláusula Particular nº 05 - Apólice emitida de acordo com Dispensa Eletrônica nº 90005/2025 – Nota de Empenho 141.

As cláusulas e/ou coberturas constantes das Condições completas do seguro aqui não citadas, estão expressamente excluídas da presente apólice.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



SEGURO EMPRESARIAL – RISCOS ESPECIAIS

APÓLICE

ESSOR SEGUROS S.A. Cód. Seguradora: 0149 CNPJ: 14.525.684/0001-50 RAMO: 0118 – COMPREENSIVO EMPRESARIAL

DADOS DO SEGURO

Nº Proposta: 0510/2025.

Nº Apólice: 1001800003907 Nº Endosso:

Data da Emissão: 26/05/2025

Sucursal: 01 – Rio de Janeiro

Tipo de Seguro: Seguro Novo

Renova Apólice nº:

Quantidade de (locais) itens segurados: 1

Página 6 de 6

As condições Gerais, Especiais, Particulares e Cláusulas Específicas completas deste seguro se encontram à disposição do segurado através do site www.essor.com.br.

Este seguro está aprovado na SUSEP sob os seguintes números de processo:

- Processo SUSEP nº 15414.900588/2018-46 (Compreensivo Empresarial);
- Processo SUSEP nº 15414.900.659/2018-19 (Responsabilidade Civil);
- Processo SUSEP nº 15414.900763/2018-03 (Lucros Cessantes).

Leia atentamente as Condições Gerais, Especiais e Particulares do seguro, especialmente as exclusões.

Confira os dados constantes nesta apólice e em caso de divergências, procure imediatamente seu Corretor de Seguros. Quaisquer modificações à presente apólice deverão ser feitas através do seu Corretor, de forma expressa e só serão válidas após anuência da Seguradora.

As condições contratuais/regulamentos desse produto protocolizados pela Seguradora junto à SUSEP poderão ser consultados no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice.

O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização.

Este seguro é por prazo determinado, tendo a seguradora a faculdade de não renová-lo na data de vencimento, sem devolução dos prêmios pagos nos termos da apólice.

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Atendimento gratuito SUSEP 0800 021 8484.

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/PASEP e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.

Filipe Bonetti Alves
Diretor – Presidente
Essor Seguros S.A.

Parceria para Seguros Patrimoniais -
Riscos Especiais
 ASAS

Local: Rio de Janeiro

Data: 26 de maio de 2025



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



APÓLICE DE SEGURO

RAMO 0118	PRODUTO COMPREENSIVO EMPRESARIAL	Nº DA PROPOSTA 036.4.01.000025	PROCESSO SUSEP Nº 15434.680636/2024-04
APÓLICE 036.5.01.000008	RENOVAÇÃO APÓLICE	INÍCIO DA VIGÊNCIA Às 24:00 h do dia 19/05/2025	FIM DA VIGÊNCIA Às 24:00 h do dia 19/05/2026
		MOEDA Real	

1. Segurado

Razão Social:	Procuradoria Regional do Trabalho 2ª Região	S
CNPJ:	26.989.715/0033-90	46

2. Vigência:

O seguro terá o seu início às 24h00min (vinte e quatro horas) do dia 19/05/2025 e terminará às 24h00min (vinte e quatro horas) do dia 19/05/2026.

Nota: Horário Oficial da Unidade da Federação, onde estiver localizado o risco segurado.

3. Objeto do Seguro

Este seguro tem por objetivo garantir durante a vigência e até o Limite Máximo de Indenização contratado, pagamento de indenização ao Segurado por Prejuízos que ele venha sofrer nos locais de risco discriminados na apólice ou causar a Terceiros, em consequência dos riscos garantidos e previstos pelas coberturas contratadas desde que respeitadas as exclusões e demais condições contratuais aplicáveis.

4. Locais de Risco – R\$

4.1 – Locais de Riscos

Local	Endereço	Atividade
01	Rua Silva Jardim, 187 – 15ª Andar – Cond. Silva Business – Centro – São Bernardo do Campo/SP – CEP: 09715-090	ESCRITORIO

4.2 - Valores em Risco

Local	Prédio	MMU	MMP	Total
01		R\$ 538.591,10		R\$ 538.591,10

5. Coberturas, Limites e Franquias – R\$

COBERTURAS	LMI	FRANQUIAS POR EVENTO
Incêndio, Raio, Explosão, Implosão, Fumaça e Queda de Aeronaves.	538.591,10	5% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
COBERTURAS ADICIONAIS		



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



APÓLICE DE SEGURO

RAMO	PRODUTO	Nº DA PROPOSTA	PROCESSO SUSEP Nº
0118	COMPREENSIVO EMPRESARIAL	036.4.01.000025	15414.660636/2024-04
APÓLICE	RENOVAÇÃO APÓLICE	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA
036.5.01.000009		Até 24:00 h do dia 18/05/2025	Até 24:00 h do dia 18/05/2026
			MOEDA
			Real

Danos Elétricos	26.929,56	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Quebra de Vidros, Espelhos e Mármore	5.385,91	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Responsabilidade Civil Operações	5.385,91	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Tumultos, Greves, Lockout e Atos Dolosos	5.385,91	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Granizo	5.385,91	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Vazamento de Chuveiros Automáticos	26.929,56	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00

NOTA:

PROTEÇÃO DE DADOS

Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei de Proteção de Dados, estou ciente e de acordo que:

- Em razão da contratação do seguro, a Bvix Seguros, seus prestadores de serviços, cosseguradores, resseguradores e órgão regulador, terão acesso aos seguintes Dados Pessoais:
 - Dados Pessoais do segurado pessoa física;
 - Dados Pessoais dos sócios ou representantes legais do segurado, quando pessoa jurídica;
 - Dados Pessoais do beneficiário do seguro (quando existir beneficiário na apólice).
- As informações relativas aos Dados Pessoais serão mantidas na Bvix durante toda a vigência do contrato de seguro e até 05 (cinco) anos após a sua vigência, nos termos do artigo 3º da Circular SUSEP
- nº 605, de 28/05/2020.
- Conforme previsto no artigo 1º e 2º da Circular SUSEP nº 605, de 28/05/2020, os Dados Pessoais serão utilizados para efeitos de supervisão pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, análise e subscrição do risco, regulação de sinistros e oferta de produtos de seguro, análise de crédito, análise de idoneidade. Maiores detalhes sobre o uso dos Dados Pessoais estão descritos na política de privacidade da Bvix, disponível em <http://bvixdseguros.com.br/politica-de-privacidade>
- O titular dos Dados Pessoais deverá manter as informações atualizadas, podendo retificá-las e/ou alterá-las, a qualquer momento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



APÓLICE DE SEGURO

RAMO	PRODUTO	Nº DA PROPOSTA	PROCESSO SUSEP Nº	
0118	COMPREENSIVO EMPRESARIAL	036.4.01.000025	15414.640636/2024-04	
APÓLICE	RENOVAÇÃO APÓLICE	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	MOEDA
036.5.01.000009		às 24:00 h do dia 19/05/2025	às 24:00 h do dia 19/05/2026	Real

6. Lista de Dados que podem ser solicitados, sem prejuízo de outros documentos e informações que poderão ser solicitados durante a análise do risco para a aceitação do seguro e/ou regulação de sinistro:

- Detalhes de contato, como nome, título, endereços, números de telefone e email pessoal;
- Data de nascimento;
- Número do RG e CPF;
- Estado civil e dependentes;
- Gênero;
- Informações sobre parentesco e contato de emergência.
- Informações se o segurado e/ou beneficiário é um PEP – Pessoa Politicamente Exposta.

7. Em relação aos Dados Pessoais tratados em razão da presente proposta, informamos que o titular dos Dados Pessoais terá os seguintes direitos, sem prejuízo de quaisquer outros previstos em legislação: i) confirmação da existência de tratamento dos Dados Pessoais; ii) correção dos Dados Pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; iii) informação sobre a possibilidade de não fornecimento do consentimento e sobre as consequências da negativa; iv) revogação do consentimento.

6. Condições Técnicas

6.1 - Condições do Seguro, conforme Processo SUSEP 15414.644964/2024-55

- Condições Gerais do Seguro do Compreensivo Empresarial
- Cláusula de Exclusão para Atos de Terrorismo;
- Cláusula de Exclusão "Interpretação de Datas por Equipamentos Eletrônicos";
- Clausula de Exclusão "Contaminação Radioativa"
- Cláusula de Exclusão "Micro-organismo"
- Cláusula de Exclusão "Riscos de Tecnologia da Informação"
- Cláusula de Exclusão "Riscos Nucleares"
- Cláusula de Exclusão de Guerra e Guerra Civil
- Cláusula de Exclusão de Asbestos
- Cláusula de Exclusão de Riscos Cibernéticos
- Cláusula de 72 horas
- Cláusula de Fleet Leader
- Cláusula MR 11 - Sinistros em Série
- Cláusula de Embargos e Sanções
- Cláusula de Cosseguro
- Cláusulas Adicionais correspondentes às coberturas solicitadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



APÓLICE DE SEGURO

RAMO	PRODUTO	Nº DA PROPOSTA	PROCESSO SUSEP Nº	
0118	COMPREENSIVO EMPRESARIAL	036.4.01.000025	15414.660636/2024-04	
APÓLICE	RENOVAÇÃO APÓLICE	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	MOEDA
036.5.01.000019		às 24:00 h do dia 19/05/2025	às 24:00 h do dia 19/05/2026	Real

- “Este seguro não cobre qualquer perda, danos ou despesas de nenhuma natureza decorrente direta ou indiretamente de alguma das seguintes causas, independentemente de qualquer outra causa ou evento contribuindo simultaneamente ou em qualquer outra sequência para sinistro:
- Reação nuclear ou radiação, ou contaminação radioativa, por qualquer causa, incluindo, mas não limitada a incêndio direta ou indiretamente ocasionado por reação nuclear ou radiação ou contaminação radioativa.”
- Nota: Fica entendido e acordado que, sujeito aos termos, exclusões, dispositivos e condições contidas na apólice ou a ela endossados a seguradora não indenizará o segurado com respeito a:
Responsabilidade Civil.
Danos causados por problemas técnicos decorrentes de serviços para reparar equipamentos sob a responsabilidade do fabricante.

Cláusula de Embargos e Sanções:

As Partes estão cientes e de acordo que é obrigação do segurado, comunicar imediatamente à seguradora, sob pena de perda do direito à indenização, nos termos do artigo 766 do Código Civil brasileiro, qualquer imposição de embargos ou sanções por organismos internacionais ao segurado, aos seus administradores, prepostos; tomador; terceiros em seguros de responsabilidade civil; ou ao beneficiário do seguro.

O aviso tempestivo por parte do segurado da imposição de embargos ou sanções por organismos internacionais não implica na perda do direito à indenização, mas resulta no direito da seguradora suspender qualquer pagamento devido pelo contrato de seguro, até que a referida imposição seja revogada ou exista uma decisão judicial transitada em julgado, autorizando o pagamento e/ou suspendendo e/ou revogando a imposição.

Além das exclusões de cobertura constantes nas condições contratuais do seguro, considera-se risco excluído, e portanto, não coberto pelo contrato de seguro:

- Qualquer imposição de embargos ou sanções por organismos internacionais relacionada à culpa grave e/ou dolo do segurado, de seus administradores, prepostos; do tomador; de terceiros em seguros de responsabilidade civil; ou do beneficiário do seguro;*
- Qualquer imposição de embargos ou sanções por organismos internacionais, cujo sinistro tenha relação de causalidade com a imposição.*

Para efeitos de perda do direito à indenização ou excludente de cobertura relacionada à imposição de embargos e sanções, o fato gerador deverá estar caracterizado na data do sinistro.

6.2 – Forma de Contratação – 1º Risco Relativo

Coberturas de Incêndio (inclusive resultantes de tumultos) / Queda de Raio e Explosão de Qualquer Natureza e Lucros Cessantes. Se na ocasião de um eventual sinistro, for constatado que o Valor em Risco Declarado (VRD) for igual ou superior a 80% do Valor em Risco Apurado (VRA), a indenização será igual ao valor dos prejuízos apurados, limitada ao máximo da importância Segurada indicada para o local sinistrado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



APÓLICE DE SEGURO

RAMO	PRODUTO	Nº DA PROPOSTA	PROCESSO SUSEP Nº	
D118	COMPREENSIVO EMPRESARIAL	036.4.01.000025	15454.000636/2024-04	
APÓLICE	RENOVAÇÃO APÓLICE	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	MOEDA
036.5.01.000008		às 24:00 h do dia 19/05/2025	às 24:00 h do dia 19/05/2026	Real

Caso contrário, o Segurado participará da indenização proporcionalmente à diferença entre o Valor em Risco Declarado (VRD) e o Valor em Risco Apurado (VRA)

Coberturas Acessórias: Serão contratadas a 1º Risco Absoluto

6.3 - Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG).

A. soma de todas as indenizações pagas por esta apólice de seguro não poderá exceder ao Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG). Para fins deste seguro, o Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG) corresponde ao somatório dos Limites Máximos de Indenização fixados para as seguintes Garantias, limitado ao valor em risco declarado do bem e/ou local atingido:

LMG Total: R\$ 538.591,10

6.4 - Para a Garantia de Lucros Cessantes, em caso de sinistro, exclusivamente para verificação da aplicação da cláusula de rateio, será considerado o período de 12 (doze) meses para a determinação do Valor em Risco Declarado e o Valor em Risco Apurado, independentemente do Período Indenitário contratado.

6.5 - Os endereços a serem segurados deverão constar na especificação da apólice com os seus respectivos valores em risco declarados de Danos Materiais (discriminado as verbas para Prédio/MMU) e LC separadamente;

6.6 - São considerados riscos excluídos:

- Bens ao ar livre que não tenham sido fabricados para essa finalidade, estando, entretanto, amparados pelo presente contrato os bens inerentes a atividade do Segurado, quando armazenados ao ar livre de forma apropriada/adequada as suas características, e que não se deteriorem quando dessa exposição;
- Galpão de vinilona e assemelhados e seus respectivos conteúdos;
- Riscos Enquadráveis nas classes 3 e 4 de construção (mista e inferior), conforme definido na TSIB;
- Prédio tombado pelo patrimônio histórico;
- Edifícios com cobertura ou fechamento, mesmo que parcial em isopainéis, painéis tipo sanduiche e ou similares;
- Fundações, Taludes, Encostas, Canais e Similares e Vias de Rodagens;
- Jardinagem;
- Mantas plásticas de polietileno de alta densidade (PEAD) e ou quaisquer outros materiais plásticos para fins de revestimento do(s) canal (is) de adução, bem como quaisquer indenizações em decorrência de falhas ocorridas nas mesmas;
- Fundação.

6.7. - Será considerado como perda de direito os eventos causados pelo descumprimento de normas técnicas para a atividade correspondente, bem como quaisquer danos decorrentes ou causados por danos ambientais.

CLAUSULA DE SINISTRO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP



APÓLICE DE SEGURO

RAMO:	PRODUTO	Nº DA PROPOSTA	PROCESSO SUSEP Nº	
0118	COMPREENSIVO EMPRESARIAL	036.4.01.000025	15424.680636/2024-04	
APÓLICE	RENOVAÇÃO APÓLICE	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	MOEDA
036.5.01.000009		às 24:00 h do dia 19/05/2025	às 24:00 h do dia 19/05/2026	Real

Aviso de Sinistro

- Sob pena de perder direito à indenização, o Segurado, seu preposto ou representante deverá comunicar à Seguradora tão logo saiba, a ocorrência de sinistro ou de qualquer fato que possa originar responsabilidade em relação ao seguro contratado, devendo tomar imediatamente todas as providências ao seu alcance para minorar as suas consequências. Tratando-se de aviso verbal, este deverá ser confirmado por escrito, a fim de dar efetivo cumprimento ao disposto nesta cláusula.
- Para qualquer ocorrência de sinistro o Segurado deverá realizar uma comunicação formal, contendo:
 - data da ocorrência;
 - descrição detalhada da ocorrência, inclusive dos bens sinistrados
 - prejuízos causados pelo evento e;
 - informação sobre a apólice que se pretende acionar.
- O aviso de sinistro deverá ser realizado através da chave de e-mail abaixo:
sinistro.pc@bvixseguradora.com.br

9. Prêmio Total

R\$ 297,00

10. Observações Importantes

As presentes condições pressupõem o funcionamento pleno de todas as proteções básicas necessárias ao risco, como extintores adequados para o tipo de risco, hidrantes, brigada, portas corta fogo, sprinklers, detectores de fumaça com alarme. As instalações elétricas deverão ter o isolamento adequado, bem como material estocado deverá estar disposto de forma organizada, dentro das especificações dos produtos, propiciando condições de atuação de brigadistas em caso de sinistros. A comprovada utilização da área de armazenamento de produtos em estoque, para fins diversos do que se propõe, bem como se observada estocagem acima do limite de segurança necessário ao local, implicará em prejuízo da cobertura de Seguro.

10.2. Observações

- Seguro emitido de acordo com a Nota de Empenho **2025NE142**;
- O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização;
- O registro de reclamações do consumidor poderá ser realizado através da plataforma digital oficial www.consumidor.gov.br;
- Ratificam-se as demais condições da apólice que não tenham sido alteradas pela presente Especificação.